

AS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS COMO INICIATIVAS DE ACESSIBILIDADE PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE DAS BIBLIOTECAS

Tatiane Lemos Alves (IF SERTÃO-PE) - tatyanelemos@gmail.com

Renato Marques Alves (Instituição - a informar) - renamarkalves@gmail.com

Resumo:

O cenário nem sempre foi favorável as pessoas deficientes, ou seja, em alguns momentos eles foram totalmente excluídos das redes educacionais. No entanto as recomendações de melhoria da qualidade de ensino estabelecidas pelas declarações internacionais possibilitaram as mudanças vislumbradas no nosso país. Assim ao logo dos anos, o Brasil construiu e aprovou um conjunto de leis bastante avançadas, apoiadas nas Convenções mundiais e coesas com os princípios da educação inclusiva, fundamentais para a garantia do direito de todos à educação. No entanto, um desses desafios é possibilitar a acessibilidade em todas as esferas institucionais, inclusive na biblioteca. Assim esta pesquisa teve como objetivo apontar iniciativas para alcançar a acessibilidade no ambiente das bibliotecas, dando destaque às tecnologias assistivas. Para tanto utilizou a pesquisa bibliográfica para coleta de informações nas diversas fontes disponíveis na literatura. Como resultados indicamos a utilização de recursos e serviços das tecnologias assistivas que podem ser adaptadas para as bibliotecas. Por fim, entendemos que para a biblioteca assegurar a inclusão dos usuários é preciso formação adequada, estabelecimento de parcerias com órgãos especializados, além da utilização das tecnologias citadas.

Palavras-chave: *Tecnologias assistivas; Acessibilidade; Bibliotecas.*

Eixo temático: *Eixo 2: Não devemos deixar ninguém para trás*



XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

Vitória, 01 a 04 de outubro de 2019.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a relação entre a sociedade e as pessoas com deficiência foi se modificando, sendo influenciada por fatores sociais, religiosos, culturais, econômicos e políticos. No que diz respeito à educação, o cenário nem sempre foi favorável a esses indivíduos, ou seja, em alguns momentos eles foram totalmente excluídos das redes de ensino, em outras épocas tiveram acesso parcial à educação, o qual se dava a partir dos modelos de segregação ou integração.

No entanto na década de 90 com as recomendações de melhoria da qualidade de ensino estabelecidas pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, houve redefinições da política educacional visando reduzir e aliviar a pobreza. Em 1994, houve outro marco importante na educação inclusiva que foi a Declaração de Salamanca, que estabeleceu princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

No que se refere aos dispositivos legais brasileiros, o Brasil tem buscado cumprir, ao longo das últimas décadas, as metas agendadas mundialmente. O país construiu e aprovou um conjunto de leis bastante avançadas, apoiadas nas Convenções mundiais e coesas com os princípios da educação inclusiva, fundamentais para a garantia do direito de todos à educação. Em 1988, a Constituição Federal, no seu artigo 208, garante o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Mais recentemente no Plano Nacional de Educação (2014-2024), a Educação Inclusiva é contemplada como uma das metas a serem alcançadas, visando

universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (Brasil, 2014)

No entanto, as inegáveis e relevantes vitórias, convivem com grandes desafios. Um desses desafios é possibilitar a acessibilidade em todas as esferas institucionais. Entende-se como acessibilidade a

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Brasil, 2015)

A acessibilidade é fundamental para a inclusão, pois prevê a eliminação de barreiras presentes no ambiente físico e social que impedem ou dificultam a plena participação das pessoas com e sem deficiência em diferentes contextos. Tais como: arquitetônica, comunicacional, atitudinal, programática, metodológica, instrumental, dentre outras.

Dentre as iniciativas para alcançar a acessibilidade no contexto educacional estão o **atendimento educacional especializado (AEE)**, que tem como objetivo eliminar barreiras no processo de ensino-aprendizagem e garantir o pleno acesso e participação desses alunos na escola regular, as **tecnologias assistivas (TA)**, que são ferramentas criadas utilizadas para compensar os impedimentos de uma pessoa auxiliando-as na mobilidade, e o **desenho universal**, considera a diversidade humana buscando garantir a acessibilidade para todos.

O AEE é conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado de forma complementar para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e de forma suplementar para estudantes com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011) As tecnologias assistivas são conjunto de produtos, serviços, técnicas, aparelhos e procedimentos que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover a inclusão e uma vivência autônoma. (DIVERSA, 2019). Entende-se por desenho universal, a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva. (Brasil, 2015)

Diante da contextualização anterior e pensando no ambiente das bibliotecas e demais unidades de informação, nos concentraremos nas tecnologias assistivas que visam dar

maior acessibilidade a pessoas com deficiências visando incluí-las no mundo informacional atual.

2. MÉTODO

Foi adotada nesta investigação a pesquisa de carácter exploratório, tendo em vista que se “tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.” GIL (2010, p. 27) Como forma de atingir os objetivos propostos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como forma de coleta das informações necessárias.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, bases de dados e sites institucionais e foi utilizada visando localizar o que já foi pesquisado em diversas fontes, confrontando seus resultados, identificando na literatura disponível as contribuições científicas sobre o tema específico. (MALHEIROS, 2011)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS (TA)

Segundo Brasil (2009) a Tecnologia Assistiva é

Uma área do conhecimento, de características interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

As tecnologias assistivas podem se apresentar tanto como recursos, ou seja, como equipamentos, produtos, sistemas ou como serviços que auxiliem as pessoas com deficiências. Dentre os recursos e serviços disponíveis citaremos alguns que podem ser utilizados nas bibliotecas para torná-las mais inclusivas.

3.1.1 Recursos de tecnologias assistivas

Agnol, Sonza e Carniel (2015, p. 109) elucidam que “os recursos de TA buscam resolver com criatividade os problemas funcionais de pessoas com deficiência de modo a encontrar alternativas para que as mesmas tarefas do cotidiano sejam realizadas de outro modo.” Dessa maneira, quando tratamos de bibliotecas as categorias mais expressivas são: a) **CAA – comunicação aumentativa e alternativa**: pranchas de comunicação com símbolos, os vocalizadores, etc; b) **recursos de acessibilidade ao computador**: teclados alternativos, mouses alternativos, acionadores, leitor de tela, ampliadores de tela, Hand talk (plataforma de tradução do português para LIBRAS), Rybená (tradutor para

LIBRAS e ler em voz alta); c) **projetos arquitetônicos para acessibilidade**: são adaptações estruturais utilizando as diretrizes da NBR 9050.

3.1.2 Serviços de tecnologias assistivas

No caso das bibliotecas, os serviços de tecnologias assistivas deverá buscar resolver problemas dos usuários de maneira colaborativa de forma interdisciplinar com os profissionais especializados, além da participação da família (se possível) e do próprio usuário. Dentre os serviços que podem ser ofertados estão, a formação de usuários para conhecimento e uso da TA.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando nas bibliotecas na perspectiva inclusiva, devemos assegurar a inclusão dos usuários, favorecendo a diversidade na medida em que visa acolher as diferenças, quebrando as barreiras e ampliando a acessibilidade.

Ao se tratar de tecnologias assistivas nas bibliotecas o objetivo primordial é proporcionar uma busca e acesso a informação mais independente e autônoma para as pessoas com deficiências ou com alguma limitação.

Contudo para ter sucesso na utilização e divulgação dessas tecnologias, é preciso estabelecer parcerias com Núcleos inclusivos, Organizações não governamentais, Instituições e empresas e profissionais especializados, formando assim uma ação integrada de diversas áreas do conhecimento tendo como objetivo atender o usuário de forma satisfatória.

Além disso, a formação das pessoas que trabalham na biblioteca visando aprender mais sobre inclusão é essencial, tanto no conhecimento dos termos, conceitos e terminologias utilizadas quanto na compreensão das deficiências, limitações, barreiras que podem dificultar o acesso à informação e recursos que podem tornar as unidades informacionais mais inclusivos para atender a estes usuários.

REFERÊNCIAS

AGNOL, Anderson Dall; SONZA, Andréa Polleto; CARNIEL, Everaldo. Recursos de tecnologia assistiva e sua aplicabilidade pedagógica. *In*: SONZA, Andréa Polleto ;

SALTON, Bruna Polleto; STRAPAZZON, Jair Adriano (org.) **O uso pedagógico dos recursos de tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CORAG, 2015. p.107- 164.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Tecnologia Assistiva**. – Brasília: CORDE, 2009. 138 p

BRASIL. **Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm . Acesso em: 17 de mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em 20 jul 2017.

DIVERSA. **Conceitos fundamentais**. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/por-onde-comecar/conceitos-fundamentais/#-strong-tecnologias-assistivas--tas---strong-> Acesso em: 18 abr. 2019.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MALHEIROS, Bruno. **Metodologia da pesquisa em educação**. São Paulo: LTC, 2011.